

Educação e cidadania na EJAPI: ensino, linguagem e formação crítica

Education and citizenship in EJAPI: teaching, language and critical formation

Educación y ciudadanía en LA EJAPI: enseñanza, lenguaje y formación crítica

Ensino & Linguagens

SILVA, Raimundo Nonato Sousa da

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

raimundo.nonato2@discente.ufma.br // <https://orcid.org/0009-0006-2227-1276>

MACIEL, Joanete Lima

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

joanete.maciell@discente.ufma.br // <https://orcid.org/0009-0004-3311-1695>

SERRA, Deuzimar Costa

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

deuzimarserra@professor.uema.br // <https://orcid.org/0000-0002-7130-7531>

Resumo

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado que investiga a Educação de Jovens, Adultos e Pessoas Idosas (EJAPI) como espaço de formação crítica para o exercício da cidadania e da participação política no município de Timbiras – MA. O objetivo central é compreender as concepções de cidadania presentes nos discursos e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nessa modalidade de ensino, articulando ensino e linguagem como mediações fundamentais da formação política. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e caráter interventivo, fundamentada na pesquisa-ação freireana. A produção de dados ocorre por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa, com análise orientada pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados preliminares indicam que, quando orientada por práticas dialógicas e contextualizadas, a EJAPI pode fortalecer o protagonismo discente, ampliando a consciência crítica acerca dos direitos sociais e da participação democrática.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Linguagem; Cidadania.

Abstract:

This paper presents partial results of a master's research that investigates Youth, Adult and Elderly Education (EJAPI) as a space for critical formation for citizenship and political participation in Timbiras – MA. The central objective is to understand the conceptions of citizenship present in pedagogical discourses and practices, articulating teaching and language as fundamental mediations of political formation. The research is qualitative, applied and interventionist, grounded in Freirean

action research. Data production occurs through participant observation, semi-structured interviews and dialogical discussion groups, analyzed through content analysis. Preliminary findings indicate that dialogical and contextualized practices in EJAPI can strengthen students' protagonism and critical awareness of social rights and democratic participation.

Keywords: Youth and Adult Education; Language; Citizenship.

Resumen:

Este trabajo presenta resultados parciales de una investigación de maestría que analiza la Educación de Jóvenes, Adultos y Personas Mayores (EJAPI) como espacio de formación crítica para el ejercicio de la ciudadanía y la participación política en Timbiras – MA. El objetivo central es comprender las concepciones de ciudadanía presentes en los discursos y prácticas pedagógicas, articulando enseñanza y lenguaje como mediaciones fundamentales de la formación política. La investigación es cualitativa, aplicada e intervencionista, basada en la investigación-acción freireana. Los datos se producen mediante observación participante, entrevistas semiestructuradas y círculos de diálogo, con análisis de contenido. Los resultados preliminares indican que prácticas dialógicas y contextualizadas pueden fortalecer el protagonismo estudiantil y la conciencia crítica sobre los derechos sociales y la participación democrática.

Palabras claves: Educación de Jóvenes y Adultos; Lenguaje; Ciudadanía.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Pessoas Idosas (EJAPI) constitui-se como política pública essencial à garantia do direito à educação para sujeitos historicamente excluídos da escolarização. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito social e a vincula ao exercício da cidadania, ao pleno desenvolvimento da pessoa e à preparação para a participação na vida pública. Em convergência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — reafirma a Educação de Jovens e Adultos como modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, devendo considerar as condições concretas de vida, trabalho e trajetórias interrompidas dos educandos.

No contexto de municípios do interior, como Timbiras – MA, a EJAPI assume relevância ainda maior diante de desigualdades históricas, fragilidades de acesso a bens culturais e vulnerabilidades socioeconômicas. Nesse cenário, a EJAPI não pode ser pensada apenas como reposição de conteúdo ou “regularização” de escolaridade. Ela precisa ser compreendida como

espaço formativo que reconhece experiências, saberes sociais e demandas concretas dos sujeitos que retornam à escola.

A partir do campo Ensino & Linguagens, este trabalho parte do entendimento de que o ensino é uma prática social mediada pela linguagem. A linguagem, nesse sentido, não é apenas meio de comunicação; é também modo de organizar a experiência, construir identidades, produzir interpretações sobre o mundo e disputar sentidos sobre direitos, deveres e participação social. Quando a escola propõe práticas de linguagem descoladas da realidade, há risco de reforçar silenciamentos e naturalizar desigualdades. Por outro lado, quando propõe práticas dialógicas, problematizadoras e situadas, amplia a possibilidade de formação crítica e participação.

A perspectiva freireana é central para esse enfoque, pois compreende a educação como prática política e enfatiza a leitura crítica da realidade como condição para uma aprendizagem significativa e emancipadora. Assim, formar para a cidadania implica promover experiências pedagógicas que permitam aos educandos ler o mundo, compreender relações de poder e reconhecer-se como sujeitos de direitos. Esse princípio é particularmente relevante na EJAPI, em que os estudantes trazem histórias de trabalho, exclusão, racismo, desigualdade territorial e precarização de direitos sociais.

Nessa perspectiva, Oliveira (2020) analisa a EJAPI a partir das desigualdades sociais que marcam a trajetória de seus sujeitos, evidenciando que fatores como classe, raça, gênero e território influenciam diretamente seus percursos formativos e suas possibilidades de participação social. Portanto, compreender cidadania na EJAPI exige considerar a vida concreta dos educandos, suas trajetórias e as condições materiais que atravessam o cotidiano escolar.

Além disso, a formação docente aparece como eixo decisivo para que a EJAPI se consolide como espaço de formação crítica. Nóvoa (2019, p. 14) argumenta que a profissão docente, diante das transformações sociais contemporâneas, exige reflexão e compromisso público com a educação. Tardif (2014, p. 269), por sua vez, compreende os saberes docentes como plurais,

construídos em diferentes fontes (formação, experiência, currículos e cultura escolar) e mobilizados no cotidiano do trabalho pedagógico. Alarcão (2022, p. 39) reforça a centralidade da reflexividade como princípio formativo individual e coletivo, articulando professor reflexivo e escola reflexiva.

Também é fundamental reconhecer, com Frigotto (2005, p. 71), que a educação está inserida em contradições estruturais do modo de produção capitalista, podendo tanto reproduzir desigualdades quanto contribuir para a crítica e a transformação social. Assim, o debate sobre cidadania e participação política na EJAPI não é “tema adicional”, mas dimensão estruturante de uma educação que busca ser socialmente referenciada.

Por fim, a atualização normativa contribui para consolidar essa perspectiva. A Resolução CNE/CP nº 4/2024 reafirma a docência como atividade ético-política e reforça a articulação teoria-prática, reconhecendo a diversidade de contextos educacionais e a necessidade de compromisso com equidade e justiça social. Tal diretriz fortalece a compreensão de que formar cidadãos críticos — especialmente em modalidades como a EJAPI — requer práticas pedagógicas contextualizadas, mediadas por linguagem problematizadora e sustentadas por formação docente reflexiva.

Diante disso, este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado que investiga a EJAPI como espaço de formação crítica, buscando compreender as concepções de cidadania e participação política presentes nos discursos e nas práticas pedagógicas no município de Timbiras – MA, com ênfase no papel do ensino e da linguagem como mediações fundamentais desse processo.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e caráter interventivo, fundamentada na pesquisa-ação freireana. Essa escolha metodológica se justifica porque o objeto investigado — cidadania e participação política na EJAPI — envolve dimensões subjetivas,

socioculturais e discursivas que não se captam adequadamente por métodos exclusivamente quantitativos. Além disso, a pesquisa-ação permite articular investigação e transformação, favorecendo movimentos reflexivos e dialógicos no próprio contexto escolar.

O campo empírico situa-se em escola pública municipal de Timbiras – MA que oferta turmas de EJA. Os participantes são estudantes a partir de 15 anos, organizados em diferentes faixas etárias, permitindo observar como experiências geracionais e trajetórias sociais influenciam concepções de cidadania, participação e pertencimento. Esse recorte também possibilita comparar narrativas, expectativas e formas de participação que emergem em diferentes grupos.

Os procedimentos de produção de dados incluem: a) observação participante, com registro sistemático em diário de campo, visando compreender dinâmicas de sala de aula, interações discursivas, temas mobilizados e formas de participação; b) entrevistas semiestruturadas, buscando captar trajetórias, experiências de escolarização, percepções sobre cidadania e participação, além do sentido atribuído à EJA; e, c) rodas de conversa dialógicas, organizadas como espaços coletivos de debate e problematização de temas sociopolíticos relevantes ao contexto local (direitos sociais, trabalho, políticas públicas, vida comunitária e democracia).

O corpus é composto por registros do diário de campo, transcrições de entrevistas e rodas de conversa e documentos institucionais relevantes ao contexto pesquisado. Para o tratamento do material, utiliza-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011), por permitir a construção de categorias temáticas e a interpretação sistemática de sentidos presentes nas falas e nos registros. A análise busca identificar recorrências, deslocamentos e tensões em torno de: (i) cidadania, (ii) participação política, (iii) linguagem e produção de sentidos, (iv) papel do professor/mediação pedagógica, (v) articulação escola–comunidade.

Para fortalecer o rigor analítico, adota-se triangulação entre instrumentos (observação, entrevistas e rodas de conversa), buscando convergências e divergências interpretativas. No âmbito ético, assegura-se consentimento livre e esclarecido, anonimato e confidencialidade, com

preservação da dignidade dos participantes e cuidado com possíveis desconfortos ao tratar experiências de exclusão social.

RESULTADOS OU EXPERIÊNCIAS

Os resultados preliminares indicam que, no início do processo investigativo, muitos estudantes associam cidadania principalmente a dimensões formais, como o direito ao voto e o acesso a benefícios sociais. Essa visão, embora importante, revela uma compreensão frequentemente limitada ao campo institucional, com baixa referência à participação coletiva e à incidência política cotidiana. Em parte, essa concepção está relacionada a experiências históricas de negação de direitos, precarização do trabalho e afastamento da vida pública, que produzem sentimentos de desconfiança, desânimo e baixa expectativa de mudança.

Ao longo das rodas de conversa dialógicas, observa-se ampliação gradual desse entendimento. A cidadania passa a ser relacionada à participação comunitária, ao reconhecimento de direitos sociais, à cobrança de serviços públicos e à organização coletiva em torno de demandas locais. Esse deslocamento aparece quando os estudantes começam a narrar situações concretas do cotidiano (transporte, trabalho, saúde, violência, acesso a políticas públicas) e percebem que tais questões são atravessadas por decisões políticas e por desigualdades estruturais.

A linguagem se mostra decisiva nesse processo, sobretudo quando a escola propõe espaços de fala, escuta e problematização, nos quais os educandos passam a reorganizar suas experiências em forma de narrativa, elaborando sentidos mais críticos sobre sua história e sua posição social. O ato de narrar, argumentar e dialogar não é apenas atividade linguística; é também forma de participação simbólica, produção de identidade e construção de pertencimento. Assim, práticas pedagógicas centradas em linguagem como interação social tendem a favorecer maior engajamento e protagonismo discente.

Observou-se também que a mediação docente influencia diretamente o tipo de participação que emerge. Quando o professor assume postura dialógica, reconhece saberes dos educandos e articula conteúdos escolares à realidade local, a aula se torna mais significativa e os estudantes se mostram mais dispostos a participar. Isso se relaciona ao que Tardif descreve como mobilização de saberes docentes na prática: o professor seleciona, adapta e organiza conhecimentos em função de objetivos e condições concretas de ensino.

Do ponto de vista das experiências pedagógicas, atividades que aproximam conteúdo escolar de temas sociopolíticos (por exemplo, leitura de textos sobre direitos trabalhistas, debates sobre políticas públicas locais, narrativas de vida, análises de notícias e produção de textos argumentativos) têm se mostrado férteis para ampliar a compreensão de cidadania. Em tais situações, a EJAPI se desloca de uma lógica de “recuperação escolar” para uma lógica de formação humana e social.

Os dados também sugerem que a participação política, para muitos estudantes, não se expressa inicialmente em termos de “militância” ou filiação partidária, mas em práticas cotidianas: ajudar vizinhos, participar de grupos comunitários, reivindicar melhorias, orientar familiares e buscar informações sobre direitos. Reconhecer essas formas de participação é importante para evitar uma visão estreita de cidadania e para valorizar experiências sociais que já existem no território, mas frequentemente não são reconhecidas como práticas políticas.

Em síntese, os resultados preliminares reforçam que a EJAPI pode tornar-se espaço de formação crítica quando o ensino reconhece os sujeitos, promove práticas de linguagem problematizadoras e cria condições para que os educandos interpretem sua realidade e se percebam como cidadãos com voz pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação do debate sobre cidadania e participação política na EJAPI exige compreender o ensino como prática social mediada pela linguagem e sustentada por formação docente reflexiva. Os resultados parciais da pesquisa indicam que práticas dialógicas e contextualizadas favorecem deslocamentos importantes nas concepções de cidadania, passando de uma visão estritamente formal para entendimentos mais amplos de participação social e incidência no território.

O estudo também evidencia que a linguagem ocupa papel estruturante nesse processo: ao produzir narrativas, argumentar e dialogar, os educandos elaboram criticamente suas experiências e ampliam seu repertório de participação. Assim, fortalecer a EJAPI como espaço de formação crítica implica investir em práticas pedagógicas que articulem conteúdos escolares às experiências sociopolíticas dos estudantes, valorizando saberes, trajetórias e identidades historicamente silenciadas.

A formação docente aparece como condição de possibilidade para esse movimento. Ao mobilizar saberes profissionais e experienciais, o professor pode transformar a aula em espaço de leitura crítica do mundo, conforme o horizonte freireano. Nesse sentido, as orientações da Resolução CNE/CP nº 4/2024 reforçam o compromisso ético-político da docência e a necessidade de articular teoria e prática em contextos diversos — o que dialoga diretamente com as exigências formativas da EJAPI.

Conclui-se, portanto, que a EJAPI pode cumprir função social ampliada quando se estrutura como espaço de participação simbólica e social, contribuindo para a construção de cidadania ativa. Como continuidade, a pesquisa avança na consolidação das categorias analíticas e na elaboração do produto educacional previsto, com foco em estratégias pedagógicas interdisciplinares que fortaleçam a formação crítica no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos numa escola reflexiva**. 1 ed. digital. São Paulo: Cortez, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 61-80.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação num tempo de metamorfose da escola**. Lisboa: Educa, 2019.

OLIVEIRA, Sandra Regina de. **Educação de jovens e adultos e desigualdades sociais: sujeitos, políticas e práticas**. Curitiba: CRV, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.